

Governo se mobiliza para regulamentar eleições de 98

Antes mesmo da aprovação da emenda da reeleição no Senado, o Palácio do Planalto, os líderes governistas na Câmara e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começam a se articular para elaborar e aprovar o mais rápido possível uma lei complementar que regulamentará as campanhas eleitorais do presidente da República, de governadores e de prefeitos. Diante de uma situação inédita, o desafio é que os candidatos disputem a reeleição no cargo sem usar os recursos da máquina governamental. A lei terá que disciplinar questões como a permissão ou não para inauguração de obras, aparições oficiais na televisão e viagens às custas dos cofres públicos no período eleitoral.

“A questão central da regulamentação da emenda será evitar o abuso por parte do governante. A legislação deverá dizer o que representa atividade de Estado e o que será considerado atividade de campanha, mas certamente haverá uma zona cinzenta. Se o Presidente for inaugurar uma obra, por exemplo, e não pedir votos, como alguém poderá dizer que se trata de ação de campanha? Esse tipo de coisa terá de ser bem definido pela lei”, disse o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas.

Tudo leva a crer que o Planalto vai propor uma regulamentação parecida com o modelo americano, onde o Estado arca com os custos de deslocamento do Presidente em campanha e de sua segurança, ficando para um comitê o ressarcimento dos gastos com passagens de assessores. As atividades tipicamente eleitorais, as caravanas de campanha e os comitês também deverão ser financiados pelo partido do candidato. O problema será separar o que é atividade de Estado e o que é atividade de campanha.

Dentro da discussão, entrarão certamente as concorridas inaugurações de obras. Atualmente, mesmo sem a permissão da reeleição, elas já são criticadas pela oposição quando acontecem no período eleitoral, uma vez que sempre rendem dividendos políticos para os candidatos apoiados pelos governantes.

Campanha - Especialistas em marketing político acreditam que o formato da campanha de Fernando Henrique dependerá mais da opinião do eleitor do que da lei. Por exemplo, mesmo que a inauguração de obras no período eleitoral seja permitida, o Presidente terá que avaliar se os votos que vai ganhar compensarão os ataques que virão dos adversários. A avaliação dos marqueteiros é que o eleitor hoje está mais consciente e atento à ética dos candidatos. Mas acham que Fernando Henrique será julgado mais pelo que tiver apresentado como presidente, do que como candidato à reeleição.

No Congresso, os líderes governistas querem aprovar a regulamentação no prazo legal - um ano antes da eleição de 1998 - para que as regras não sejam baixadas pelo TSE. Os governistas concordam que o Presidente candidato à reeleição deve evitar pronunciamentos em cadeias de rádio e TV. Mas defendem a permanência de presidente, governadores e prefeitos com suas prerrogativas nos cargos.